

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A **Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Matão, “Hospital Carlos Fernando Malzoni”** é uma instituição filantrópica sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº: 52.314.861/0001-48, inscrito (a) no CREMESP sob nº 004328, com endereço na Cidade de Matão/SP, na Rua Sinharinha Frota, nº 556, CEP – Código de Endereço Postal: 15.990-060, com estatuto arquivado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas de Matão/SP, em 14/11/1997, CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde nº 20.90.961, Inscrição Municipal Número 100.485, Isenta de Inscrição Estadual e Licença de Funcionamento nº 352930213-861-000062-1-1, Declarada de Utilidade Pública Federal através do decreto de 31 de dezembro de 1991 (processo MJ nº 61.245/73), Declarada de Utilidade Pública Estadual através da Lei nº 519 de 26 de Novembro de 1.974 e Declarada de Utilidade Pública Municipal através da Lei nº 489 de 24 de agosto de 1.966.

Fundado em 11 de maio de 1913 como Hospital de Caridade, após Sociedade Matonense de Benemerência, atualmente, desde março de 2021, após aprovação do Conselho em AGE – Assembléia Geral Extraordinária, **Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Matão**, conhecida tradicionalmente como **Hospital “Carlos Fernando Malzoni”** é referência regional na prestação de serviços médico-hospitalares, com profissionalismo e qualidade comprovados no âmbito da saúde, atendendo pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), Particulares e outros Convênios.

Atualmente, a Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Matão vem ampliando cada vez mais espaços e recursos, chegando à marca de 13.686,38 m² de área construída e contando, com 973 colaboradores diretos, além de corpo clínico, formado por mais de 100 médicos, e serviços diversos nas áreas de diagnóstico e análises clínicas. Suas instalações abrigam 194 leitos ativos, além de 20 leitos inativos, área reservada para convenio próprio, ampliação e contingenciamentos como exemplo, foi utilizada no auge da pandemia de coronavírus no ano de 2020, primeiro semestre de 2021, no ano de 2022, setor de convênios enquanto ocorreu reforma na unidade de internação e final de 2023 UTI neonatal e pediátrica para reforma do sistema de ar-condicionado central do setor.

Oferece atendimento nas áreas de internação hospitalar e ambulatorial, clínica médica, pediátrica, ortopédica de alta complexidade, obstétrica, contando com maternidade de alto risco, que incluem UCIN (Unidade de Cuidados Intermediários do neonato), Casa da gestante, cirurgia cardíaca e cirúrgica em geral e

psiquiatria. A instituição possui ainda, uma moderna Unidade de Terapia Intensiva (UTI) Adulto tipo III com 25 leitos, sendo 5 desses, antes de uso de paciente acometidos pela covid 19, agora reservados para pacientes coronarianos e pós operatório de cirurgia cardíaca, UTI Neonatal e Pediátrica com 10 leitos tipo III, Centro de Hemodiálise, Centro de Hemodinâmica, Centro de Oncologia, Centro Hiperbárico, Centro Cirúrgico dotado de 8 salas, sendo 01 destinada à obstetrícia, 01 destinada à Litotripsia extracorpórea e colonoscopia, além de uma sala de recuperação com 9 leitos. Dentro dos propósitos de atender Matão e região, dispõe também de serviços de atendimentos de urgência e emergência no Pronto Socorro, único no município, e participa da RUE - Rede de Urgência e Emergência do Ministério da Saúde, que abrange a RAS XIII - Rede de Atenção à Saúde de Franca, Ribeirão Preto e Araraquara.

A entidade está contratualizada com o SUS através do Convênio 160 de 29 de julho de 2022, com vigência de 5 anos, no qual possui convênios com o FNS – Fundo Nacional de Saúde por intermédio da SES – Secretaria Estadual de Saúde e Fundo Estadual de Saúde, os serviços estão credenciados através das seguintes portarias:

- a) **CEBAS - Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social**– Portaria MS/SAS nº 964 de 20/12/2022, com validade de 01/01/2022 a 31/12/2024.
- b) Incentivo de Integração ao Sistema Único de Saúde (**INTEGRASUS**), Portaria MS GM nº 878 de 08/05/2002 e Portaria MS GM nº 504, de 07/03/2007;
- c) Incentivo de Adesão à Contratualização (**IAC**), Portaria MS GM 3.123 de 07/12/2006, Portaria MS GM nº 3.172 de 28/12/2012 e Portaria MS GM nº 142 de 27/01/2014;
- d) Rede de Apoio Psicossocial (**RAPS**), Portaria MS SAS nº 2.650 de 29 de dezembro de 2016, Portaria MS GM nº 3.395, de 29 de dezembro de 2016
- e) Rede Cegonha (**RCE-RCEG**), Portaria MS GM nº 2.785, de 19/11/2013, Portaria MS/SAS nº 659, de 31/07/2015 e Portaria GM/MS nº 3.512, de 28/10/2018;
- f) Rede de Urgência (**RUE/RAU**) Portaria MS GM nº 71, de 09/01/2014 e Portaria GM/MS nº 2.520, de 13 de agosto de 2018, publicada no DOU em 16/08/2018;
- g) Habilitação em Média Complexidade – **Laqueadura** - CIB Nº 85 - 30/11/2012 de 12/04/2013;
- h) Habilitação em Média Complexidade – **Vasectomia** - CIB Nº 85 - 30/11/2012 de 12/04/2013;
- i) Habilitação em Média Complexidade - **Videocirurgias** - CIB Nº 4 - 02/06/2015;
- j) Habilitação em Alta Complexidade - **Unidade de Assistência de Alta Complexidade Cardiovascular** - SAS/MS Nº 1.032 de 02/10/2015;

- k) Habilitação em Alta Complexidade - **Cirurgia Cardiovascular e Procedimentos em Cardiologia Intervencionista** - SAS/MS N° 1.032 de 02/10/2015;
- l) Habilitação em **QualiSUS Cardio nível C**, Portaria GM/MS n° 3.670 de 29/09/2022.
- m) Habilitação em Alta Complexidade - **Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Nefrologia** - PT SAS 155 de 26/04/2011;
- n) Habilitação em Alta Complexidade - **Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional** - SAS 342 de 16/04/2012;
- o) Habilitação em Alta Complexidade - **Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Traumatologia Ortopedia** - SAS 165 de 25/05/2009;
- p) Habilitação em Alta Complexidade - **UTI Tipo III Adulto** - SAS 1174 de 21/09/2016;
- q) Habilitação em Alta Complexidade - **UTI Tipo II Adulto** - SAS 3209 de 04/08/2022;
- r) Habilitação em Alta Complexidade - **UTI Tipo III Pediátrica** - SAS 160 de 02/05/2011;
- s) Habilitação em Alta Complexidade - **Unidade de Terapia Intensiva Neonatal tipo III - UTIN III** - SAS 923 de 19/08/2013;
- t) Habilitação em Alta Complexidade - **Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal - Convencional (UCINCon)** - SAS 659 de 04/08/2014;
- u) Habilitação em Alta Complexidade - **Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal Canguru (UCINcan)** - SAS 659 de 04/08/2014;
- v) Habilitação em Alta Complexidade - **Serviços Hospitalares de Referência para Atenção a Pessoas com Sofrimento ou Transtorno Mental**, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de Álcool e Outras Drogas - SAS 2650 de 29/12/2016;
- w) Habilitação em Alta Complexidade - **Atenção Hospitalar de Referência à Gestação de Alto Risco Tipo II** - GM/MS 3512 de 28/10/2018;
- x) Habilitação em Alta Complexidade - **Casa da Gestante Bebê e Puérpera** - GM/MS 3512 de 28/10/2018;
- y) **Apoio Financeiro Geral** (custeio entidades) - Convênio 00316/2020,
- z) Portaria M/GM- 2730 de 14/10/2021, autoriza as portarias de Autorização MS/GM n° 478/2021 e Portarias de Autorização MS/GM n° 947/2021
- aa) **Pronto Atendimento Rede Básica** – Prefeitura Municipal de Matão – SP, Lei Municipal Número 5.086 de 18 de agosto de 2021 alterada pela Lei Municipal n° 5.727/2023.
- bb) **Pronto Atendimento Rede Básica** – Prefeitura Municipal de Dobrada – SP, Lei Municipal Número 1.874 de 23 de março de 2023.
- cc) Deliberação CIB n° 130 de 28 de dezembro de 2022, **novo credenciamento de leitos obstétricos**.
- dd) Habilitação em **Atenção Especializada em DRC com Hemodiálise** – Portaria GM/MS 34/15 de 22/10/2018.

- ee) Habilitação em **Atenção Especializada em DRC com Diálise Peritoneal** – Portaria GM/MS 34/15 de 22/10/2018.
- ff) Habilitação em **Enteral e Parenteral** – Portaria SAS 342/15 de 16/04/2012.
- gg) Programa “**Mais Santas Casas**” – Lei Estadual nº 17.461 de 25/11/2021 e Resolução SS 01 de 07/01/2022.

O Conselho Fiscal, Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Corpo Diretivo e Sócios-irmãos da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Matão, está composto conforme apresentação abaixo:

CONSELHO FISCAL		
Conselheiro José Valentim Bononi	Conselheiro Sidinei Antonio Bueno Toledo	Conselheiro Lauro Antônio Gorgatti

DIRETORIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
Presidente João Carlos Marchesan			
Vice Presidente José Reynaldo Trevizaneli			
Diretor Nelson Francischini Júnior	Diretor Fabian Caruzo	Diretor Bruno Bambozzi Filho	Diretora Iracema Cerqueira Fecchio
Diretor Francisco Malzoni			

DIRETORIA EXECUTIVA		
Presidente João Carlos Marchesan		
Diretor Vice Presidente Roberto Luiz Cadioli		
Diretor Executivo Administrativo José Carlos Chiozzini	Diretor Executivo Financeiro Roberto Luiz Cadioli	Diretor Executivo Secretário Reginaldo Vedoato

EFETIVOS DO CONSELHO ADMINISTRAÇÃO E SUPLENTE		
EFETIVOS		
João Carlos Marchesan	José Reynaldo Trevizaneli	Fabian Caruzo
Iracema Cerqueira Fecchio	Bruno Bambozzi Filho	Francisco Malzoni
Afonso Guilherme Maccagnan	Carlos Fernando Malzoni Filho	Antonio Carlos Tadiotti
José Carlos Chiozzini	Nelson Francischini Junior	Reginaldo Vedoato
Roberto Luiz Cadioli	Bruno Trevizaneli	Giovana Marchesan
SUPLENTE		
Paulo Augusto Bernardi	João Marcos Monnazzi	Luiz Eduardo Marchesan
Manoel Alves Braga	Heder Luiz Bambozzi	

Gestão - Biênio – 2022/2024
Fim: 31/03/2024

DIRETOR TÉCNICO
MÉDICO
Isaias Longhitano Junior
DIRETOR CLÍNICO
MÉDICO
Luiz José Cerqueira
ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR
SUPERINTENDENTE
Denise Paolinetti da Camara Minelli

SÓCIOS/IRMÃOS CONTRIBUENTES/FUNDADORES	
00001	Affonso Guilherme Maccagnan
00002	Alexandre Peracine Neto
00003	Andréa Bastia Marchesan
00004	Antonio Carlos Tadiotti
00005	Bruno Bambozzi Filho
00006	Bruno Trevizaneli
00007	Carlos Fernando Malzoni Filho
00008	Fabian Caruzo
00009	Francisco Malzoni
00010	Giovana Marchesan
00011	Heder Luiz Bambozzi
00012	Helder Bernardi Neto
00013	Iracema Cerqueira Fecchio
00014	João Carlos Marchesan
00015	João Carlos Marchesan Filho
00016	João Marcos Monnazzi
00017	José Carlos Chiozzini
00018	José Luis Alberto Marchesan
00019	José Luiz Gandolphi
00020	José Reynaldo Trevizaneli
00021	José Valentim Bononi

00022	Lauro Antonio Gorgatti
00023	Leão Mauro Pastori
00024	Lucas Trevizaneli
00025	Luciana Marchesan
00026	Luiz Eduardo Marchesan
00027	Luiz Rodovil Rossi
00028	Manoel Francisco Braga
00029	Nelson Francischini Junior
00030	Paulo Augusto Bernardi
00031	Reginaldo Vedoato
00032	Roberto Luiz Cardioli
00033	Rodolpho Henrique de Andrade Bernardi
00034	Sidnei Antonio Bueno de Toledo
00035	Theodoro Clemente Marischen
00036	Warner Antonio Bambozzi
00037	Marlene Aparecida Pedro Antonio Espelho
00038	Alberto José Moretto
00039	Cláudio José Pecorari
00040	Alex Tadeu Cavichioli Antoniosi
00041	Walter Baldan Filho
00042	Bruno Cadioli Wetterich
00043	Milton Luiz Zitelli
00044	Paulo Henrique Teixeira Lutz
00045	Carlos Vicente Hasselaar
00046	Ricardo Eugênio da Silva
00047	Júlio Augusto Marchesan Marischen
00048	Hélio Chimenti Júnior

SÓCIOS/IRMÃOS BENEMÉRITOS	
00001	Edo Mariani
00002	José Luis Monazzi

SÓCIOS/IRMÃOS BENEMÉRITOS PÓSTUMOS	
00001	Affonso Guilherme Maccagnan
00002	Amador Ramon
00003	Jayme Gimenez
00004	Celso Gimenes
00005	Antonio Bambozzi
00006	Armando Marchesan
00007	Luiz Marchesan

MENSAGEM DA DIRETORIA E DA SUPERINTENDÊNCIA

Orgulho da nossa cidade, o **Hospital Carlos Fernando Malzoni** é um dos hospitais filantrópicos mais equipados e preparados do interior do Estado de São Paulo.

Tal fato só foi possível porque no final dos anos 80, um grupo de empresários da cidade, denominado **GEMA - Grupo Empresarial de Matão**, assumiu a diretoria e investiu em seu crescimento, tanto na área física e tecnológica como em recursos humanos.

Nossa gestão é focada em trazer os melhores serviços em saúde para nosso município e região, investindo sempre nas melhores tecnologias disponíveis no mercado, sejam elas humanas e/ou tecnológicas.

O ano de 2023, nosso maior desafio foi a recuperação financeira, nossas constantes idas ao governo do estado, secretaria estadual de saúde, em busca de auxílio para que não tivéssemos que fechar leitos e serviços oferecidos ao SUS - Sistema Único de Saúde

No começo do ano, recebemos a notícia que nosso Hospital, figurou entre os 100 melhores hospitais do Brasil, informação publicada em uma conceituada revista internacional, Newsweek (www.newsweek.com)

Em janeiro, reinauguramos o setor de convênios, PC, depois de uma ampla reforma;

No mesmo mês, a superintendente e a gerente financeira estiveram na cerimônia de posse do novo Secretário de Estadual de Saúde, Eleuses Paiva onde tiveram oportunidade de cumprimentá-lo, assim como o governador Tarcísio de Freitas.

Em fevereiro, o diretor presidente João Carlos Marchesan, junto com diretor Roberto Cadioli e a superintendente Denise Minelli, entregou ao Ministro das relações Institucionais, Alexandre Padilha, ofício pedindo auxílio para custeio do Hospital.

No mesmo mês, os diretores estiveram em São Paulo na Secretaria Estadual de Saúde também, em busca de apoio financeiro para a instituição.

Em fevereiro, fizemos aquisição de uma ferramenta de gestão, Numbers, um BI para auxiliar no faturamento SUS.

No mês de março tivemos formatura da 1ª turma de Residência Médica em Clínica Médica e Ortopedia, duas formandas foram contratadas e permaneceram no hospital.

Em março iniciaram outra turma de residência médica permanecendo R1 e R2.

Em março, o diretor presidente João Carlos Marchesan esteve com a Ministra da saúde, Nísia Trindade, em um evento da FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, em São Paulo Capital, onde entregou em mãos, um ofício solicitando auxílio emergencial ao Hospital.

Em abril, após várias reuniões e tratativas, o município, com anuência da Câmara municipal de Vereadores, reajustou o convenio de gestão do Pronto Socorro em aproximadamente 60%, onde foi possível contratar mais médicos para suprir a necessidade no atendimento aos usuários e cobrir custos que até então, estavam na responsabilidade do hospital.

Em 10 de Maio o Hospital completou 110 anos, foi celebrada missa em ação de graças pelo capelão Padre Emilio e vários colaboradores, diretores, médicos, usuários, fizeram vídeo homenageando a instituição.

Em junho, estiveram na SES – Secretaria Estadual de Saúde em São Paulo com o Secretário Eleuses Paiva, diretor presidente, superintendente, controller do Hospital Carlos Fernando Malzoni, e também, prefeito e secretário municipal de saúde de Matão, diretor presidente do laboratório CDA, acompanhados do deputado estadual Madalena, para pedir recursos e melhorar o convenio do hospital com o estado. Na ocasião, fomos orientados pela equipe técnica da secretaria, Dr Nelson, a fazer ofício para DRS III pedindo auxílio de custeio ao governo federal, MS – Ministério da Saúde, para cobrir os déficits operacionais da entidade.

Em julho contratamos uma consultoria, Grupo Desenvolve, para auxiliar na gestão do contrato com SUS junto a SES e DRS e com os municípios.

Ainda em julho adquirimos aparelho de polissonografia do antigo prestador que fechou o serviço e colocamos para funcionar dentro da instituição, em princípio para cumprir licitação com município vizinho, atender nosso convenio HSaúde e se sustentável, ampliar a oferta para particulares, demais convênios e licitações. ampliamos serviço de imagem realizando a primeira angiotomografia coronariana com equipamento ultramoderno de 64 canais, resultando imagens de alta resolução, muito elogiada pela equipe médica especializada que vem da USP para acompanhar e laudar o exame.

Em agosto a superintendente e o diretor presidente, participaram no palácio dos Bandeirantes, do anúncio da Tabela SUS Paulista que entrará em vigor no próximo ano, anúncio feito pelo governador Tarcísio de Freitas e SES Eleuses Paiva;

No segundo semestre de 2023, para ser exato, no mês de agosto, o governo do estado firmou um convenio de 12 milhões com o Hospital, fato que possibilitou alívio financeiro para a Instituição, incrementando uma receita mensal de um milhão de reais para custeio, recurso este utilizado em folha de pagamento, honorários médicos e outros insumos hospitalares.

Dessa forma, aos poucos, fomos colocando as contas em dia, renegociando dívidas com fornecedores

para quitação, pagamos todos os serviços médicos que estavam em atraso, recontratamos equipes médicas e operacionais, para que pudéssemos retomar nossa produção que foi prejudicada pela pior crise financeira já vivenciada pela instituição.

A superintendente Denise Minelli e o Controller Diego Santos, foram a Brasília no Congresso Nacional das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos, entre os objetivos, captar recursos com deputados federais e senadores para a Instituição, estreitamento político junto aos Ministério da Saúde, Prestadores de Serviços de Saúde e Instituições.

No mesmo congresso, foi feito contato com ex-integrantes do Ministério da Saúde e contratado consultoria jurídica, em regime de êxito para viabilizar correção dos valores de IAC – Incentivo de Adesão à Contratualização e Integra SUS, que estão defasados na proporção de atendimento ofertado pelo hospital, neste congresso houve um marco histórico para as Instituições Filantrópicas nesta data, que foi a aprovação pela Camara dos Deputados do Projeto de Lei – PL nº 1.435/2022, de autoria do Deputado Federal Antônio Brito, este projeto de Lei, prevê a revisão periódica da Tabela SUS, que está sem reajustes “defasada” a anos, provocando desequilíbrio econômico-financeiro aos prestadores de serviços ao SUS.

Em setembro, trocamos nossa DT - Diretoria Técnica, para retomar nosso crescimento e nossa produção, montamos um Comitê Técnico Gestor com médicos especialistas na área de Clínica médica, neurológica, cirúrgica, ortopédica e UTI. Foi nomeado DT o Dr Izaias Longhithano Junior que recebeu apoio da equipe citada acima.

Ainda em setembro foi trocada a coordenação do Pronto Socorro e Pronto Atendimento de Convênios, colocado as duas ex-residentes para fortalecer equipe médica, renovar protocolos e ficarem mais presentes além da elaboração da escala médica;

No mesmo mês houve mais uma tentativa de implantar o prontuário eletrônico no pronto socorro, como atrasou significativamente o atendimento médico, foi necessário recuar e voltar a fazer manualmente, permanecendo apenas os exames no sistema, para que pudéssemos adequar recursos tecnológicos e humanos. O gasto com impressos aumentou em média cinco vezes e isso foi um dos fatores que também influenciaram no recuo, além dos gastos, dificuldade em faturar e manter o prontuário em ordem. A TI – Tecnologia da Informação, está se mobilizando para encontrar soluções e o quanto antes, retomar o prontuário eletrônico.

Em outubro, no Congresso Brasileiro de AVC em Curitiba - PR, onde Dr Cesar Minelli foi um dos palestrantes, uma pesquisa com telemedicina e AVC realizada em Matão foi premiada.

Durante a pandemia, os setores de Internação, foram colocados mistos, homens e mulheres para que fossem segregados, apenas por patologias como doenças respiratórias contagiosas. Em outubro, agora que praticamente não temos mais covid internados, percebemos que isso interfere na nossa taxa de ocupação, pois

ficam leitos interditados devido não poder colocar paciente do sexo masculino junto com feminino, criança com adulto, clínico com cirúrgico, dessa forma, voltamos a ter Setor SUS feminino e masculino, clínico e cirúrgico

Com a problemática do aquecimento do planeta, praticamente não tivemos inverno, e a primavera e o verão foram os mais quentes de todos os tempos, com isso, e em decorrência da instalação de ar-condicionado em todos os quartos de convênios, tivemos uma pane no sistema elétrico, um superaquecimento com várias quedas de energia, que só não se agravou por conta dos dois geradores presentes na instituição, um que serve apenas a hemodiálise. Mesmos assim, por garantia, enquanto engenheiros elétricos estavam solucionando o problema, locamos outro gerador e deixamos em reserva.

Em novembro, foi necessário desocupar a UTI Neonatal e pediátrica para manutenção geral no sistema de ar-condicionado central, o setor foi transferido para ala desativada denominada Posto D, até que a manutenção seja concluída.

Ainda em novembro, o Hospital sediou com a parceria da faculdade de medicina Uniara, o 1º Simpósio Médico com o tema “Atualização em Urgência e Emergência”.

Em 22 de novembro o Serviço de Hemodinâmica do Hospital comemorou a marca expressiva, realizando 10 mil procedimento de cateterismo cardíaco que iniciou em fevereiro de 2013.

Em 27 de dezembro, hospital perdeu um dos mais antigos colaboradores da instituição, Oswaldo Cesar de Oliveira que por quase 50 anos, trabalhou no serviço de imagem, ambulância, manutenção onde exercia cargo de gerência com muita competência e dedicação.

Ainda em dezembro, hospital celebrou uma missa campal, na escadaria da antiga entrada principal em honra a instalação da Capelania Hospitalar São Pio de Pietrelcina, celebrada pelo Bispo Dom Luiz Carlos Dias e o Capelão do Hospital, Padre Emilio Carlos e demais Padres da cidade. São Padre Pio passou a ser o patrono do Hospital e teve sua imagem colocada em destaque na entrada que hoje é considerada tombada pela instituição.

No ano de 2023, mantivemos nosso internato de medicina com as duas faculdades, uma de Araraquara e outra São Jose do Rio Preto e iniciamos nossa terceira residência médica em clínica médica com três novos residentes e mantivemos a residência em ortopedia

Ampliamos a expansão em nosso Plano de saúde na cidade de Araraquara, adquirindo as vidas da CanaSol – Associação dos Fornecedores de Cana de Araraquara, além das expansões da Operadora e outras cidades vizinhas, área de cobertura.

Em questões econômico-financeiras, tivemos uma recuperação importante em comparação ao ano de

2022, mesmo assim, tivemos que recorrer a bancos, com empréstimo de R\$ 4.000.000,00 junto à SISPRIME que nos apresentou juros mais baixos e melhores condições de pagamento além disso, fizemos repactuação da dívida junto à caixa econômica federal, R\$ 13.607.148,00, cujo objetivo foi de melhorar a taxa média de contratação e alongamento da dívida.

Essas e outras medidas, principalmente ajuda governamental vinda do estado, fez com que nosso déficit caísse de 7.593,555 em 2022 para 2.262.097 em 2023 conforme demonstrado no relatório abaixo e pudemos perceber que estávamos no caminho da recuperação e da sustentabilidade econômica.

Nosso planejamento estratégico para o ano de 2024 está focado em nossa retomada dos serviços, crescimento e equilíbrio econômico-financeiro.

Temos como desafio ampliar a parceria com Secretaria Estadual de Saúde, Ministério da Saúde e Secretária Municipal de Saúde.

Atender as novas regras da tabela Sus Paulista onde a remuneração será pela produção e não haverá mais convênios de auxílio financeiro do estado, o que será um grande desafio devido aos altos custos fixos de uma instituição de saúde.

Somos um Hospital de Gestão Estadual (Contrato de Gestão do SUS), se o novo sistema SUS Paulista não for sustentável, teremos que recorrer novamente ao governo do estado para auxílio emergencial, antes que a situação econômico-financeira volte a se agravar.

A parceria com o poder público municipal deverá ser fortalecida, através dos convênios existentes, os quais deverão ser revisados periodicamente para que atendam a necessidade dos municípios e não causem desequilíbrio econômico-financeiro ao hospital.

Permanecemos no processo de habilitação de residência médica em cirurgia e anestesia para o ano de 2024. Continuamos o processo para receber vistoria do MEC para transformar o hospital em Hospital de Ensino. Temos proposta de estudo para compor a rede Unacon – Unidade de Alta Complexidade em Oncologia e passar a atender oncologia do SUS do município de Matão, região Norte e Centro Oeste que compõe a DRS III de Araraquara com aproximadamente trezentos mil habitantes.

Vamos ofertar mais dezoito vagas de hemodiálise ao SUS, vamos adquirir três máquinas e adequar espaço físico para os procedimentos;

O projeto de reforma e ampliação do Fórum, prédio cedido pelo governo do Estado ao Hospital para uso do Centro de Ensino e Pesquisa, Administrativo, Hospital-Dia, Centro oncológico e Hemodiálise, feito por engenheiros e arquitetos que trabalharam em regime de êxito, está na SES aguardando verba de 42 milhões necessários para a execução total da obra;

Em dezembro, a superintendente Denise e o diretor Roberto Cadioli, juntamente com o deputado federal Luiz Carlos Motta, estiveram com o governador Tarcísio de Freitas no Palácio Bandeirantes onde foi acordado que o governo estadual irá aportar 10 milhões e o governo federal através do deputado Motta, mais 10 milhões para metade da obra em 2024, e o restante de mais 20 milhões em 2025.

Para manter a sustentabilidade do nosso hospital, manteremos o plano de ampliação e regionalização da nossa Operadora de Saúde, HSAúde, com um comercial forte, investindo em ações de marketing.

Para próximo ano, estamos nos inscrevendo no projeto PROADI SUS para melhoria de nossa gestão, assim como dar andamento no projeto de Governança Corporativa e Gestão de Riscos, valorizar nosso comitê corporativo, manter nosso Código de Conduta Ética atualizado, garantindo nossa transparência, segurança e certeza do cumprimento de nossos valores institucionais.

Fortaleceremos nosso grupo de trabalho denominado Ciclo de Receitas, para minimizar perdas de faturamento e otimizar as entregas das contas médicas, evitar glosas, tudo em detrimento ao aumento de receita para manter nossa sustentabilidade;

Iremos em busca de recursos públicos para: aquisição de novo transformador e cabine de força, usina de oxigênio, ampola da hemodinâmica, reforma predial, modernização dos equipamentos médicos e do parque tecnológico, assim como mudar a versão Java do nosso sistema Tasy para versão HTML, que é a atual versão do sistema.

Temos como foco, prontuário eletrônico em todo hospital, arquivos de prontuários médicos digitalizados armazenados em nuvem, para tanto, entregamos ofício ao governador para que nos financiasse o investimento.

Sabendo de nossas responsabilidades como Gestores da Área da Saúde e da nossa missão em manter esta entidade centenária sustentável em todos os sentidos, não nos faltarão esforços para vencermos as dificuldades, uma delas o subfinanciamento do SUS - Sistema Único de Saúde e continuarmos a fazer parte dessa extensa Rede de Saúde do Estado de São Paulo, através da DRS III – Divisão Regional de Saúde de Araraquara, na Gestão direta da Secretaria Estadual de Saúde, com compromisso de atender com excelência a alta e média complexidade, focando sempre na Humanização e na Qualidade da Assistência.

Para tanto, contamos com o comprometimento dos nossos Diretores, Colaboradores, Corpo Clínico, Parceiros, Terceiros, Fornecedores e Voluntários, para que possamos manter e alcançar nossa Missão, Visão e Valores institucionais.

MISSÃO – Manter-se uma entidade filantrópica, prestando serviços de saúde com qualidade,

dignidade, eficiência e humanização.

VISÃO - Ser referência regional em alta complexidade, com excelência na prestação de serviços de saúde, buscando certificação.

Valores:

1. Credibilidade – corresponder às expectativas dos clientes.
2. Ética – transparência e comprometimento.
3. Humanização – colocar-se no lugar do outro.
4. Respeito – reconhecer limites.
5. Compromisso Social – interagir com a sociedade buscando melhor atendimento.
6. Inovação – investir na aquisição de equipamentos e capacitar mão de obra.
7. Sustentabilidade – cumprir com os valores propostos e manter o equilíbrio financeiro e colaborar com a preservação do meio ambiente.



Denise Paolinetti da Camara Minelli
Superintendente Hospitalar

Senhores Conselheiros: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis e Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 comparado às do exercício anterior. Permanecemos ao inteiro dispor dos Srs. Conselheiros para esclarecimentos que se fizerem necessários.

Matão (SP), 23 de março de 2024.

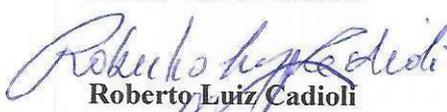
À Diretoria Executiva,


João Carlos Marchesan

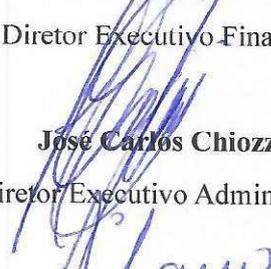
Diretor Presidente


Roberto Luiz Cadioli

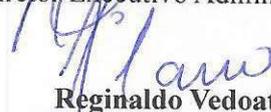
Diretor Vice-Presidente


Roberto Luiz Cadioli

Diretor Executivo Financeiro


José Carlos Chiozzini

Diretor Executivo Administrativo


Reginaldo Vedoato

Diretor Executivo Secretário

Balanco Patrimonial Consolidado em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (em reais - R\$)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2023	2022	2023	2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	19.068.497	11.035.122	10.634.571	5.091.419
Recursos de subvenções a Receber	13	11.753.025	12.048.574	11.753.025	12.048.574
Contas a receber	5	12.668.364	11.343.356	8.809.190	7.757.826
Estoques	7	2.478.549	2.335.180	2.478.549	2.335.180
Créditos Tributários a Recuperar	6	426.245	125.772	0	12.547
Outros créditos		383.699	363.928	383.699	363.894
Total do ativo circulante		46.778.381	37.251.933	34.059.035	27.609.440
Não circulante					
Contas a receber	4	698.195	565.891	698.195	565.891
Recursos de subvenções a Receber	13	0	1.992.034	0	1.992.034
Outros créditos		392.867	392.867	0	0
		1.091.061	2.950.791	698.195	2.557.925
Investimentos		3.377.852	1.500.199	9.796.510	9.887.412
Imobilizado - Sem Restrição	9	53.210.015	52.273.968	46.615.635	46.133.050
(-) Depreciação - Sem Restrição	9	(22.113.458)	(19.800.716)	(19.615.405)	(17.883.175)
Imobilizado - Com Restrição	9	12.654.889	12.289.630	12.654.889	12.289.630
(-) Depreciação - Com Restrição	9	(4.999.821)	(3.739.332)	(4.999.821)	(3.739.332)
Intangível	9	581.056	581.056	448.985	448.985
(-) Amortização acumulada	9	(311.539)	(310.288)	(179.468)	(178.217)
Total do ativo não circulante		43.490.054	45.745.308	45.419.519	49.516.277
Total do ativo		90.268.435	82.997.241	79.478.554	77.125.717

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Balanco Patrimonial Consolidado em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (em reais - R\$)

Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2023	2022	2023	2022
Circulante					
Fornecedores e Prestadores de Serviços de Saúde	10	5.988.694	8.881.898	5.852.522	7.867.130
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	10	4.922.601	3.206.042	0	0
Empréstimos e financiamentos	19	6.886.891	2.747.196	6.295.701	2.747.196
Salários, férias e contribuições sociais	10	2.546.145	1.956.130	2.063.235	1.685.079
Impostos e contribuições a recolher	10	534.894	482.694	286.930	263.776
Subvenções a realizar	13	14.660.308	12.622.025	14.660.308	12.622.025
Provisões trabalhistas	10	3.516.220	3.167.210	3.516.220	3.167.210
Acordos Judiciais	10	393.678	1.375.192	393.678	1.375.192
Outras contas a pagar e provisões diversas	10	617.912	1.460.307	151.055	385.316
Total do passivo circulante		40.067.342	35.898.697	33.219.649	30.112.924
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	19	23.148.538	18.088.082	20.692.591	18.088.082
Ações Cíveis e Trabalhistas	15	1.632.307	95.000	1.582.307	95.000
Subvenções Governamentais Diferidas	13	3.126.336	5.624.523	3.126.336	5.624.523
Contas a Pagar		1.458.586	194.007	108.586	194.007
Total dos passivos não circulantes		29.365.767	24.001.611	25.509.820	24.001.611
Patrimônio líquido					
Patrimônio social	11	23.011.182	30.548.372	23.011.182	30.548.372
Ajuste de Exercícios Anteriores	11	0	56.365	0	56.365
Reservas de Capital	11	15	15		
Lucros Acumulados	11	86.227	85.736	0	0
Superávit do exercício	11	(2.262.097)	(7.593.555)	(2.262.097)	(7.593.555)
Total do patrimônio líquido		20.835.327	23.096.933	20.749.085	23.011.182
Total do passivo e patrimônio líquido		90.268.435	82.997.241	79.478.554	77.125.717

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Consolidado em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (em reais)
Controladora

DESCRIÇÃO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	31.924.995	(212.883)	0	(1.163.741)	30.548.372
Incorporação de Déficit do Exercício Anterior	(1.163.741)	0	0	1.163.741	0
Incorporação de Ajuste de Exercícios Anteriores no Período (CPC 23)	(212.883)	269.248			56.365
Superávit do Exercício	0	0		(7.593.555)	(7.593.555)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	30.548.372	56.365	0	(7.593.555)	23.011.182
Incorporação de Déficit do Exercício Anterior	(7.593.555)	0	0	7.593.555	0
Ajuste de Avaliação Patrimonial					0
Incorporação de Ajuste de Exercícios Anteriores no Período (CPC 23)	56.365	(56.365)			0
Superávit do Exercício	0	0		(2.262.097)	(2.262.097)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	23.011.182	0	0	(2.262.097)	20.749.085

As notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações de Resultados Consolidado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em reais – R\$)		2023	2022	2023	2022
	Nota	Consolidado		Controladora	
Receitas					
Receitas com Subvenções e Convênios Governamentais	4	32.807.338	24.892.703	32.807.338	24.892.703
Receitas de Convênios e Assistência ao SUS	14	29.873.353	28.868.748	29.873.353	28.868.748
Receitas de Convênios e Particulares	4	34.478.173	35.920.259	53.654.422	45.896.084
Receitas com Plano de Assistência à Saúde	4	65.316.445	52.222.106	0	0
Outras Receitas	4	3.660.676	8.287.302	3.660.676	8.559.302
		166.135.984	150.191.118	119.995.789	108.216.837
Custos e despesas operacionais					
Custo Com Eventos Indenizáveis Líquidos	4	(32.879.684)	(28.885.785)		
Custos com Serviços Médicos	4	(33.450.854)	(29.986.190)	(33.450.854)	(29.986.190)
Custos com Medicamentos e Materiais	4	(27.921.614)	(26.628.842)	(27.921.614)	(26.628.842)
Custos e Despesas com Pessoal e Encargos	4	(37.225.336)	(34.159.043)	(37.225.336)	(34.159.043)
Depreciações e Amortizações	4	(2.990.508)	(2.884.633)	(2.990.508)	(2.884.633)
Custos e Despesas com Materiais de Consumo, Manutenções e Serviços	4	(13.774.802)	(13.073.352)	(13.774.802)	(13.073.352)
Custos e Desp. Operacionais com Plano de Assistência a Saúde	4	(5.688.871)	(4.603.833)		
Outras Receitas, Custos e Despesas Operacionais	4	(4.216.058)	(7.541.091)	(4.216.058)	(7.541.091)
Despesas Adm. e Comer. do Plano de Assistência à Saúde - Controlada		(8.342.228)	(8.484.386)		
		(166.489.955)	(156.247.153)	(119.579.172)	(114.273.150)
Resultado Operacional Antes das Receitas (despesas) Financeiras		(353.970)	(6.056.035)	416.617	(6.056.314)
Receitas Financeiras		1.320.364	1.940.281	385.969	937.464
Despesas Financeiras		(3.148.056)	(2.491.643)	(3.064.683)	(2.474.705)
Resultado financeiro, líquido		(1.827.692)	(551.362)	(2.678.714)	(1.537.241)
IRPJ - Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - Controlada		(19.565)	(219.239)		
CSLL - Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - Controlada		(11.739)	(87.566)		
IRPJ/CSLL		(31.305)	(306.806)		
Benefício fiscal Usufruído e Previdência	12	13.096.174	12.073.114	13.096.174	12.073.114
(-) Benefício fiscal Usufruído e Previdência	12	(13.096.174)	(12.073.114)	(13.096.174)	(12.073.114)
Trabalho Voluntário Diretores (art. 13 do Estatuto)	18	652.531	629.207	652.531	629.207
(-) Trabalho Voluntário Diretores (art. 13 do Estatuto)	18	(652.531)	(629.207)	(652.531)	(629.207)
Superávit (Déficit) do Exercício		(2.212.966)	(6.914.203)	(2.262.097)	(7.593.555)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Direto (em reais – R\$)	2023		2022	
	Consolidado		Controladora	
Fluxo das Atividades Operacionais				
Recebimento do SUS - Sistema Único de Saúde	27.851.430	27.211.636	27.851.430	27.211.636
Recebimento de Subvenções, Licitações e Convênios com Entes Públicos	37.046.069	26.505.471	37.046.069	26.505.471
Recebimento de Convênios e Particulares	25.920.993	23.768.466	50.550.666	42.522.316
Recebimento de Planos de Saúde	70.818.256	59.282.521		
Resgate de Aplicações Financeiras	4.887.661	11.762.052		
Recebimento de Doações e Contribuições Voluntárias	328.240	230.292	328.240	230.292
Recebimentos de Serviços Educacionais	2.436.014	2.145.168	2.436.014	2.145.168
Outros Recebimentos	886.870	1.812.630	383.960	990.981
	170.175.534	152.718.236	118.596.379	99.605.863
Pagamento de Salários e Encargos Trabalhistas	(32.431.183)	(30.160.940)	(30.970.954)	(28.999.165)
Pagamento de Impostos e Contribuições	(4.404.902)	(4.315.012)	(2.475.073)	(2.437.629)
Pagamento de Serviços Médicos	(35.136.423)	(32.911.602)	(35.136.423)	(32.911.602)
Pagamento a Fornecedores de Medicamentos, Materias, OPME e Demais Insumos	(83.892.926)	(72.725.673)	(44.951.681)	(38.602.811)
Aplicações Financeiras	(6.130.524)	(9.624.440)		
Outros Pagamentos	(5.737.211)	(9.413.490)	(2.818.330)	(1.660.770)
	(167.733.169)	(159.151.157)	(116.352.460)	(104.611.977)
Disponibilidade das Atividades Operacionais	2.442.364	(6.432.921)	2.243.919	(5.006.113)
Fluxo das Atividades de Investimentos				
Aquisição de Imobilizado - Com Restrição	(360.358)	(744.596)	(360.358)	(744.596)
Aquisição de Imobilizado - Sem Restrição	(821.513)	(4.348.453)	99.513	(3.679.341)
Obras em Andamentos - Sem Restrição	(424.818)	(424.818)	(424.818)	(424.818)
Disponibilidade das Atividades de Investimentos	(1.606.689)	(5.517.866)	(685.662)	(4.848.754)
Fluxo das Atividades de Financiamentos				
Contratação de Empréstimos	11.447.989	5.000.000	8.235.185	5.000.000
Pagamento de Empréstimos	(4.250.290)	(4.170.955)	(4.250.290)	(4.170.955)
Disponibilidade das Atividades de Financiamentos	7.197.699	829.045	3.984.895	829.045
Aumento/Redução no Caixa e Equivalentes de Caixa	8.033.375	(11.121.742)	5.543.152	(9.025.822)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início de Período - Nota 3	11.035.122	22.156.864	5.091.419	14.117.241
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final de Período - Nota 3	19.068.497	11.035.122	10.634.571	5.091.419

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
 31/12/2023 E 31/12/2022**

Nota 1 – Contexto operacional – A IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MATÃO, fundada em 11 de maio de 1913, Associação Civil, Sem Fins Lucrativos, com o objetivo de prestar serviços, médico hospitalares, científicos, técnicos, assistenciais, educacionais e sociais. Aplica integralmente suas rendas, recursos e eventual resultado operacional em manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais no território nacional, e para tal finalidade mantém atualmente o Hospital Carlos Fernando Malzoni, na cidade de Matão-SP, à Rua Sinharinha Frota, 556. A IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MATÃO adquiriu no exercício de 2017 a operadora de planos de saúde MATÃO CLÍNICAS & AMHMA SAÚDE LTDA, CNPJ 50.432.863/0001-06, ANS 416495.

Nota 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis – As Demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis, com atendimento integral das Leis N°. 6.404/76, das alterações introduzidas pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, definidas pela Resolução 1.159/09 do CFC (Conselho Federal de Contabilidade), e ITG 2002 (R1) aprovada pela Resolução 1.409/12 do CFC, e demais disposições complementares que contemplam as Entidades sem Fins Lucrativos e estão sendo divulgadas de forma comparativa aos exercícios de 2023 e 2022 e estão sendo apresentadas em real (moeda oficial do Brasil). As demonstrações contábeis estão consolidadas com dados contábeis da controladora IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MATÃO e da Controlada MATÃO CLÍNICAS & AMHMA SAÚDE LTDA, onde as operações contábeis entre as empresas foram eliminadas de acordo com as normas contábeis vigentes.

Nota 3 – Caixa e equivalente caixa - De acordo com a ITG 2002 (R1) aprovada pela Resolução 1.409/12 do CFC, apresentamos as disponibilidades financeiras com segregação dos recursos com restrição e sem restrição:

Caixa e Equivalente de Caixa

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Caixa	14.158	10.209	13.013	8.583
Bancos Conta Movimento - Recursos sem Restrição	5.828.825	931.295	5.068.467	731.730
Aplicações financeiras - Sem Restrição	3.189.516	3.587.456	2.179.018	3.202.413
Sub-Total - Sem Restrição	9.032.499	4.528.960	7.260.497	3.942.726
Bancos Conta Movimento - Recursos Com Restrição	54	2.000	54	2.000
Aplicações financeiras - Com Restrição	3.374.020	1.146.693	3.374.020	1.146.693
Reservas Técnicas	6.661.924	5.357.469		
Sub-Total - Com Restrição	10.035.998	6.506.162	3.374.074	1.148.693
Total das Disponibilidades	19.068.497	11.035.122	10.634.571	5.091.419

Notas 4 – Principais diretrizes contábeis

- a) **Créditos SUS a Receber:** Valores dos Serviços Prestados ao SUS (Sistema Único de Saúde), de acordo com o Contrato de Gestão, celebrado com a SES (Secretaria Estadual de Saúde), através da DRS III – Araraquara (Departamento Regional de Saúde), e ou Incentivos Proposto pelo SUS.
- b) **Créditos a Receber Prefeituras:** Referem-se aos contratos de prestação de serviços celebrados com os Municípios, licitações, Empenhos, Convênios e/ou subvenções propostas por leis específicas;
- c) **Adiantamento a Colaboradores:** Refere-se ao adiantamento de férias e/ou salários aos colaboradores da entidade;
- d) **Despesas Antecipadas:** representados nos valores pagos durante o exercício onde a despesa é reconhecida de acordo como o Regime de competência contábil, dentro de respectivos períodos de competências;
- e) **Receitas, Custos e Despesas:** Estão apropriados pelo regime de competência;
- f) **Não Circulante - Realizável em Longo Prazo:** representa créditos a receber cujo vencimento é posterior a 12 meses, sendo compreendido este o ciclo da atividade, Exercício Social;
- g) **Empréstimos e Financiamentos:** representa valores de empréstimos contratados os quais estão apresentados pelo valor presente de liquidação;
- h) **Acordos Judiciais:** Representa saldos a pagar de ações trabalhistas e cíveis, acordadas e/ou transitadas em julgado, na qual existe a obrigação de pagar ao reclamante/autor.

Nota 5 – Contas a Receber: representa valores a receber pela de prestação de serviços e pela mensalidade de planos de saúde, distribuídos conforme quadro abaixo:

Contas a Receber

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Particulares	87.036	186.424	87.036	186.424
Convênios e Santas Casas	5.869.329	4.938.499	5.869.329	4.938.499
Prefeituras	130.722	242.729	130.722	242.729
SUS - Sistema Único em Saúde	2.597.666	2.030.172	2.597.666	2.030.172
Cheques e Cartões a Receber	124.437	360.001	124.437	360.001
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	3.859.174	3.585.530		
	0	0		
	0	0		
Total das Contas a Receber	12.668.364	11.343.356	8.809.190	7.757.826

Nota 6 – Créditos Tributários a Recuperar: representa valores de Impostos antecipados de acordo o regime tributário, e que serão compensados em exercícios posteriores.

Nota 7 – Estoques: Os estoques estão representados pelo custo médio de aquisição, lançados pelo regime de competência.

Em 2023 a maioria dos produtos seguiu com os preços inflacionados, provocado principalmente pelos aumentos no período da pandemia COVID-19, não houve diminuição expressiva, os reajustes anuais conforme calendário CMED foram aplicados e houve a desoneração de ICMS em São Paulo de subgrupos de

medicamentos com impacto considerável nas compras do seguimento hospitalar, alguns fabricantes com a falta de matéria-prima ainda uma realidade pós pandemia diminuíram ou deixaram suas produções impactando diretamente na disponibilidade no mercado e ditando preços ainda abusivos. No ano de 2024 ainda temos um estoque residual da pandemia que deverá ser consumido como perda por vencimento.

Ainda sobre efeitos da pandemia COVID-19, manteve-se o aumento no consumo e no custo de todos os insumos hospitalares, principalmente materiais e medicamentos, o aumento na demanda provocou elevação nos preços sendo que a falta destes produtos, no mercado nacional e internacional, principalmente, medicamentos sedativos, saneantes, epi's e outros itens hospitalares. Além disso, sofremos com o impacto na falta de alguns materiais e medicamentos hospitalares no mercado, tais com Soro Fisiológico e Contrastes.

Sua composição de saldos está distribuída conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
DROGAS E MEDICAMENTOS	1.034.242	1.252.250	1.034.242	1.252.250
MATERIAIS HOSPITALARES	566.121	533.436	566.121	533.436
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	59.677	56.307	59.677	56.307
MATERIAIS DE LAVANDERIA	51.092	8.090	51.092	8.090
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE	46.763	35.207	46.763	35.207
MATERIAIS DE MANUTENÇÃO	243.236	175.279	243.236	175.279
MATERIAIS DE ROUPARIA	111.527	24.737	111.527	24.737
OPME	142.399	135.476	142.399	135.476
MATERIAIS DE IMAGENS	12.099	11.419	12.099	11.419
IMPRESSOS E MATERIAIS DE EXPEDIENTE	54.768	50.761	54.768	50.761
E.P.I (EQUIP. DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL)	131.236	36.358	131.236	36.358
MATERIAIS NÃO REEMBOLSÁVEIS	0	284	0	284
UTENSÍLIOS COPA E COZINHA	13.022	8.776	13.022	8.776
MATERIAIS DE INFORMÁTICA	10.262	6.799	10.262	6.799
Total dos Estoques	2.478.549	2.335.180	2.478.549	2.335.180

Nota 8 – PCLD - Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – Foi constituída Provisão pelo saldo existente de Créditos a receber, já vencidos e que já foram tomadas medidas administrativas e/ou judiciais para sua cobrança.

Nota 9 – Ativo Imobilizado e Intangível – Apresentamos abaixo a composição do Ativo Imobilizado e do Ativo Intangível e Movimentação do Ativo Imobilizado e do Ativo Intangível:

COMPOSIÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO E ATIVO INTANGÍVEL CONTROLADORA					
DESCRIÇÃO	TAXA DE DEPRECIÇÃO	CUSTO DE AQUISIÇÃO	DEPRECIÇÕES	IMOBILIZADO	IMOBILIZADO
	MÉDIA ANUAL	EM 31/12/2023	ACUMULADAS EM 31/12/2023	LIQUIDO EM 31/12/2023	LIQUIDO EM 31/12/2022
Imóveis de Uso Próprio - Sem Restrição		26.080.494,28	(5.675.513)	20.404.982	21.102.002
Terrenos		3.844.255,58		3.844.256	3.844.256
Edificações e Instalações	4%	22.210.364,15	(5.675.513)	16.534.852	16.832.929
Obras em Andamento		25.874,55		25.875	424,818
Imóveis de Uso Próprio - Com Restrição		2.796.376,39	(851.119)	1.945.257	2.030.333
Terrenos		947.832,87		947.833	947.833
Terreno Forum		0,00		0	38.400
Edificações e Instalações	4%	1.166.893,37	(169.469)	997.424	1.044.100
Edificação Predio Forum	4%	681.650,15	(681.650)	0	0
Bens Móveis - Hospitalares - Sem Restrição		20.172.931,48	(13.603.090)	6.569.842	7.085.312
Aparelhos e Equipamentos	10%	11.958.944,29	(8.808.059)	3.150.886	3.477.376
Móveis e Utensílios	10%	5.349.322,61	(3.470.502)	1.878.820	1.980.814
Equipamentos de T.I.	20%	2.864.664,58	(1.324.529)	1.540.136	1.627.122
Bens Móveis - Hospitalares - Com Restrição		9.858.512,24	(4.148.702)	5.709.810	6.519.965
Aparelhos e Equipamentos	10%	9.345.201,13	(3.918.132)	5.427.069	6.220.857
Móveis e Utensílios	10%	186.392,16	(57.469)	128.923	101.261
Equipamentos de T.I.	20%	187.717,95	(68.826)	118.892	149.001
Bens Móveis	10%	139.201,00	(104.275)	34.926	48.846
Bens Móveis não Hospitalares - Sem Restrição		362.209,37	(339.485)	22.724	62.561
Veículos	20%	362.209,37	(339.485)	22.724	62.561
Ativo Intangível - Sem Restrição		442.729,85	(179.468)	263.261	264.512
Programas de Computador		409.444,85	(179.468)	229.976	231.227
Marcas e Patentes		33.285,00		33.285	33.285
Ativo Intangível - Com Restrição		6.255,24		6.255	6.255
Programas de Computador		6.255,24		6.255	6.255
TOTAL DO IMOBILIZADO		59.719.508,85	(24.797.377)	34.922.132	37.070.941

MOVIMENTAÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO E ATIVO INTANGÍVEL CONTROLADORA					
DESCRIÇÃO	IMOBILIZADO	AQUISIÇÕES	AJUSTES, BAIXAS E	DEPRECIÇÕES	IMOBILIZADO
	LIQUIDO EM 31/12/2022	2023	TRANSFERÊNCIAS EM 2023	em 2023	LIQUIDO EM 31/12/2023
Imóveis de Uso Próprio - Sem Restrição	21.102.002	549.368	(474.156)	(772.233)	20.404.982
Terrenos	3.844.256	0	0		3.844.256
Edificações	16.832.929	474.156		(772.233)	16.534.852
Obras em Andamento	424.818	75.212	(474.156)	0	25.875
Imóveis de Uso Próprio - Com Restrição	2.030.333	206.322	(63.920)	(189.077)	1.945.257
Terrenos	947.833		0		947.833
Terreno Forum	38.400	0	0		0
Edificações	1.044.100	0	0	(46.676)	997.424
Edificação Predio Forum	0	206.322	(63.920)	(142.402)	0
Bens Móveis - Hospitalares - Sem Restrição	7.085.312	418.017	(645)	(932.842)	6.569.842
Aparelhos e Equipamentos	3.477.376	236.856	0	(563.346)	3.150.886
Móveis e Utensílios	1.980.814	104.816	(473)	(206.638)	1.878.820
Equipamentos de T.I.	1.627.122	76.344	(472)	(162.858)	1.540.136
Bens Móveis - Hospitalares - Com Restrição	6.519.965	261.258	0	(1.071.412)	5.709.810
Aparelhos e Equipamentos	6.220.857	215.500	0	(1.009.288)	5.427.069
Móveis e Utensílios	101.261	45.758	0	(18.096)	128.923
Equipamentos de T.I.	149.001	0	0	(30.109)	118.892
Bens Móveis	48.846			(13.919)	34.926
Bens Móveis Hospitalares - Sem Restrição	62.561	0	(10.000)	(29.837)	22.724
Veículos	62.561	0	(10.000)	(29.837)	22.724
Ativo Intangível - Sem Restrição	264.512	0	0	(1.251)	263.261
Programas de Computador	231.227	0		(1.251)	229.976
Marcas e Patentes	33.285				33.285
Ativo Intangível - Com Restrição	6.255	0	0	0	6.255
Programas de Computador	6.255	0			6.255
TOTAL DO IMOBILIZADO	37.070.941	1.434.964	(548.720)	(2.996.652)	34.922.132

Nota 10 – Passivo Circulante – Está registrado pelo valor atualizado até a data do encerramento do exercício, sendo que os fornecedores de materiais e serviços estão reconhecidos a obrigação pelo valor histórico:

Contas a Pagar – Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Fornecedores de Materiais e Medicamentos	2.090.637	2.543.616	2.090.637	2.543.616
Fornecedores de OPME	337.764	427.086	337.764	427.086
Fornecedores de SND	66.918	189.786	66.918	189.786
Fornecedores de Bens Duráveis (Imobilizado)	100.030	654.793	100.030	654.793
Fornecedores/Prestadores de Serviços Gerais	700.784	1.713.711	564.612	698.943
Fornecedores/Prestadores de Serviços Médicos	2.444.730	2.920.445	2.444.730	2.920.445
Fornecedores de Materiais de Higiene e Limpeza	19.707	56.836	19.707	56.836
Fornecedores de Materiais de Manutenção	16.113	10.963	16.113	10.963
Fornecedores de Materiais em Geral	212.012	364.662	212.012	364.662
Total do Contas a Pagar - Fornecedores	5.988.694	8.881.898	5.852.522	7.867.130

Obrigações Trabalhistas

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Salários e Ordenados	1.702.207	1.293.964	1.534.441	1.242.280
Obrigações Sociais (INSS, FGTS)	639.613	496.554	528.794	442.798
Prov. de Férias, 13º Salários e Encargos	3.720.546	3.332.822	3.516.220	3.167.210
Total das Obrigações Trabalhistas	6.062.365	5.123.340	5.579.455	4.852.289

Nota 11 – Patrimônio Líquido – O Patrimônio Líquido está constituído conforme quadro abaixo:

PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONTROLADORA		
DESCRIÇÃO	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Patrimônio Social	23.011.182	30.548.372
Ajuste de Exercícios Anteriores	0	56.365
Superávit ou Déficit do Exercício	(2.262.097)	(7.593.555)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20.749.085	23.011.182

Nota 12 – Benefícios Fiscais Usufruídos e Previdência – De acordo com o Art. 150, VI, C, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a entidade é imune ao IRPJ e Isenta de Contribuições, de acordo com o Art. 195 da Constituição da República Federativa do Brasil e Regulamentada pela Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009, revogada pela Lei Complementar Nº 187, de 16 de dezembro de 2021 e pelo Decreto

11.791 de 21 de novembro de 2023. Em atendimento à resolução CFC 1.409/12, que aprovou a ITG 2002, demonstramos a seguir os valores relativos à imunidade e isenções usufruídas pela IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MATÃO durante os exercícios de 2023 e 2022, como se devidos fossem:

ISENÇÕES TRIBUTÁRIAS USUFRUÍDAS (FILANTROPIA) LEI 12.101/09 - CONTROLADORA							
DESCRIÇÃO	INSS PATRONAL	COFINS	CSLL	PIS	IRPJ	ISSQN	TOTAL
2023	6.787.846	3.599.874	0	308.538	0	2.399.916	13.096.174
2022	6.372.608	3.246.505	0	289.664	0	2.164.337	12.073.114

Nota 13 – Subvenções e Convênios com Entes Públicos e Doações Voluntárias – No exercício de 2023, a IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MATÃO – Hospital Carlos Fernando Malzoni, recebeu a título auxílio, convênios e subvenções do poder público municipal, estadual e federal, assim como doações de pessoas físicas e jurídicas que foram contabilizadas conforme Normas Brasileiras de Contabilidade ITG 2002, para fazer parte da programação de custeio e operacionalidade e/ou Investimentos, das suas atividades filantrópicas, sendo totalmente aplicadas na entidade, como seguem:

a) Convênios e Subvenções com Municípios:

SUBVENÇÕES COM ENTES PÚBLICOS (UNIÃO, ESTADO E MUNICÍPIOS)
CONTROLADORA

CONTRATOS/SUBVENÇÕES/CONVÊNIOS MUNICIPAIS - PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÃO-SP

ANO	Nº DO CONVÊNIO	VALOR DO CONVÊNIO	VALOR RECEBIDO	CONTRAPARTIDA	VALOR A RECEBER	OBJETO
2022	Convênio Pronto Socorro	8.647.121	8.647.121		0	Custeio
2022	Convênio - Gestão da Rede Básica de Saúde	5.150.225	5.150.225		0	Custeio
2022	PM - Matão - Excedentes	342.000	264.196		77.804	Custeio
2022	PM - Matão - Custeio	260.000	260.000		0	Custeio
2023	Convênio Pronto Socorro	11.015.341	11.015.341		0	Custeio
2023	Convênio - Gestão da Rede Básica de Saúde	7.125.527	7.125.527		0	Custeio
2023	PM - Matão - Excedentes	342.000	326.234		15.766	Custeio
2023	PM - Matão - Projeto do Idoso - Lei de Incentivos	155.800	155.800		0	Custeio
2023	PM - Matão - Projeto da Criança - Lei de Incentivos	181.452	181.452		0	Custeio

CONTRATOS/SUBVENÇÕES/CONVÊNIOS MUNICIPAIS - PREFEITURA MUNICIPAL DOBRADA-SP

ANO	Nº DO CONVÊNIO	VALOR DO CONVÊNIO	VALOR RECEBIDO	CONTRAPARTIDA	VALOR A RECEBER	OBJETO
2022	Prefeitura Dobrada - Pronto Socorro	226.157	226.157		0,00	Custeio
2023	Prefeitura Dobrada - Pronto Socorro	300.000	300.000		0,00	Custeio

b) Convênios e Subvenções com o Estado de São Paulo:

CONTRATOS/SUBVENÇÕES/CONVÊNIOS - GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO						
ANO	Nº DO CONVÊNIO	VALOR DO CONVÊNIO	VALOR RECEBIDO	CONTRAPARTIDA	VALOR A RECEBER	OBJETO
2022	00333/2020 - Secretário de Estado de Saúde - Pró Santas Casas 2	787.500	378.000		409.500	Custeio
2022	00314/2020 - Programa Santas Casas Sustentáveis	6.535.325	3.398.369		3.136.956	Custeio
2022	00316/2020 - Complemento MAC - Governador João Dória	4.939.200	2.082.240		2.856.960	Custeio
2022	Termo de Adesão - Subvenção Mais Santas Casas	70.937	70.937		0	Custeio
2022	1492/2022 - Mais Santas Casas	2.678.241			2.678.241	Custeio
2022	Custeio Executivo Estadual - Fundo a Fundo	3.500.000	3.500.000		0	Custeio
2022	Custeio Executivo Estadual - Fundo a Fundo - Radiologia	500.000	500.000		0	Equipamentos
2022	0612/2022 - Deputada Carla Morando	100.000	100.000		0	Custeio
2022	854/2022 - Deputada Carla Morando	200.000	200.000		0	Custeio
2022	1169/2022 - Deputado Carlos Machado	100.000	100.000	150	0	Equipamentos
2022	1493/2022 - Subvenção	4.619.583			4.619.583	Custeio
TOTAL 2022		24.030.786	10.329.546	150	13.701.240	

CONTRATOS/SUBVENÇÕES/CONVÊNIOS - GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO						
ANO	Nº DO CONVÊNIO	VALOR DO CONVÊNIO	VALOR RECEBIDO	CONTRAPARTIDA	VALOR A RECEBER	OBJETO
2023	00333/2020 - Secretário de Estado de Saúde - Pró Santas Casas 2	409.500	0		0,00	Custeio
2023	00314/2020 - Programa Santas Casas Sustentáveis	3.136.956	0		0	Custeio
2023	00316/2020 - Complemento MAC - Governador João Dória	2.856.960	2.160.000		696.960	Custeio
2023	1492/2022 - Mais Santas Casas	2.678.241	1.339.121		1.339.121	Custeio
2023	1493/2022 - Subvenção	4.619.583	1.924.826		2.694.757	Custeio
2023	163/2023 - Deputado Cauê Macris	300.000	300.000		0	Custeio
2023	164/2023 - Deputado Rogerio Nogueira	160.000	160.000		0	Equipamentos
2023	000707/2023 - Apoio Financeiro CRS-CGOF	12.000.000	5.000.000		7.000.000	Custeio
TOTAL 2023		26.161.240	10.883.947	0,00	11.730,837	

c) Convênios e Subvenções com a União (Governo Federal):

CONTRATOS/SUBVENÇÕES/CONVÊNIOS - UNIÃO - GOVERNO FEDERAL						
ANO	Nº DO CONVÊNIO	VALOR DO CONVÊNIO	VALOR RECEBIDO	CONTRAPARTIDA	VALOR A RECEBER	OBJETO
2022	Portaria 731 - Mac - Baleia Rossi	200.000,00	200.000,00		0,00	Custeio
2022	Portaria 731 - Mac - Luiz Carlos Motta	200.000,00	200.000,00		0,00	Custeio
2022	Portaria 736 - Mac	100.000,00	100.000,00		0,00	Custeio
TOTAL 2022		500.000	500.000	0,00	0,00	

CONTRATOS/SUBVENÇÕES/CONVÊNIOS - UNIÃO - GOVERNO FEDERAL						
ANO	Nº DO CONVÊNIO	VALOR DO CONVÊNIO	VALOR RECEBIDO	CONTRAPARTIDA	VALOR A RECEBER	OBJETO
2023	Portaria GM MS 96 Resolução SS 52	2.628.849	2.628.849		0,00	Custeio
2023	Senadora Mara Gabrili - Incremento Mac Portaria 590	400.000	400.000		0,00	Custeio
2023	Deputado Luiz Carlos Motta Resolução 1300 portaria SS 192	400.000	400.000		0,00	Custeio
2023	Resolucao SS N° 124/2023 - Piso Enfermagem	983.873	983.873		0,00	Custeio Folha
2023	Portaria GMMMS 755 - Bancada Paulista Resolução SS 40	650.000	650.000		0,00	Custeio
2023	Convênio 947282/2023 - Dep Baleia Rossi	359.148		59.148	300.000	Aquisição de Equipamentos
TOTAL 2023		5.421.870	5.062.722	59.148	300.000	

Nota 14 – Atendimentos ao SUS – Sistema Único de Saúde – A IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MATÃO – mantenedora do Hospital Carlos Fernando Malzoni, em atendimento ao artigo 4º da Lei nº 12.101/2009 revogada pela Lei Complementar Nº 187, de 16 de dezembro de 2021 e Lei 12.249/2010, regulamentadas pelo Decreto 7.300/2010, Portaria MS 1.970/2011 e Decreto 11.791 de 21 novembro de 2023, apresentou em 2023 percentuais de atendimentos decorrentes de convênio firmado com o SUS (Sistema Único de Saúde), Convenio 160/2022 Processo SP SEM PAPEL nº: SES-PRC-2022/31264, superior a 60% (sessenta por cento) do total de sua capacidade instalada, sendo que, atingiu o percentual de 83,44% (Oitenta e Três inteiros e Quarenta e Quatro décimos por cento).

Fonte de dados (consulta realizada em 29/02/2024):

http://app.numb3rs.com.br/dbsaude_sis/tb-usuario/login/

www.datasus.gov.br

<https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/>

<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sia/cnv/qasp.def>

<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sih/cnv/qisp.def>

CNPJ: 52.314.861/0001-48		CNESS:20.90.961	
CÁLCULO DO PERCENTUAL CEBAS (EXERCÍCIO DE 2023)	BASE	% ABSOLUTO	% USO
ATUAÇÃO NO ART. 22, I DO DECRETO 11.791/2023			
PACIENTES DIA SUS	25.590	68,94%	68,94%
PACIENTES DIA SUS + PACIENTES DIA NÃO SUS	37.117		
ATUAÇÃO NO ART. 22, I DO DECRETO 11.791/2023			
PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS SUS	305.769	82,46%	10,00%
PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS SUS + PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS NÃO SUS	370.816		
ATUAÇÃO NO ART.			
I - atenção obstétrica e neonatal;		1,50%	1,50%
II - atenção oncológica;		1,50%	0,00%
III - atenção às urgências e emergências;		1,50%	1,50%
IV - atendimentos voltados aos usuários de álcool, crack e outras drogas; e		1,50%	1,50%
V - hospitais de ensino.		1,50%	0,00%
PERCENTUAL SUS FINAL AO CEBAS			83,44%

Nota 15 – Provisões Contingenciais – A entidade possui em poder de Escritórios de Advocacia, ações judiciais e para contingências delas, constituindo-se provisão em valores estimados de perdas. As ações são classificadas pelos advogados em:

Prováveis - grande probabilidade de perda para a entidade;

Possíveis – as quais os elementos disponíveis não são suficientes ou claros, de tal forma que permitam concluir que a tendência será perda ou ganho no processo, não havendo um prognóstico conclusivo; e

Remota - onde é remotamente trará perda a entidade.

AÇÕES REQUERIDAS (RÉU)			
Tipo de Ação	Cíveis	Trabalhistas	TOTAL 2023
Prováveis	1.522.185	60.122	1.582.307
Possíveis	-	237.436	237.436

Nota 16 – Seguros Contratados – A entidade contrata seguros para cobertura de sua frota de veículos, para cobertura de risco profissional médico e cobertura de suas edificações. Os seguros contratados estão abaixo relacionados:

SEGUROS CONTRATADOS - CONTROLADORA				
COBERTURAS DE SEGUROS CONTRATADOS				
SEGURO CONTRATADO	Nº DA APÓLICE	FIM DA VIGÊNCIA	SEGURADORA	VALOR DA COBERTURA
VW SPACE FOX TRED 1.6 8V (G2) TOTAL FLEX 4P ANO 2014/2014	01.0531.002631808	26/09/2024	ALFA SEGURO FROTA	100% FIPE
VW GOL 1.0 TRENDLINE 8V TOTAL FLEX ANO 2015/2015	01.0531.002631808	26/09/2024	ALFA SEGURO FROTA	100% FIPE
VW SAVEIRO 1.6 8V CITY G4 TOTAL FLEX ANO 2007/2007 - AMBULÂNCIA	01.0531.002631808	26/09/2024	ALFA SEGURO FROTA	100% FIPE
VW SAVEIRO 1.6 8V 2P TOTAL FLEX (G5) ANO 2011/2011	01.0531.002631808	26/09/2024	ALFA SEGURO FROTA	100% FIPE
FORD FESTA HATCH SE 1.6 16V (FLEX) ANO 2019/2019	01.0531.002631808	26/09/2024	ALFA SEGURO FROTA	100% FIPE
CHEVROLET PICK UP S10 CS 4X2 2.2 MPFI 2P.G ANO 2000/2000	01.0531.002631808	26/09/2024	ALFA SEGURO FROTA	100% FIPE
RESPONSABILIDADE CIVIL RISCO PROFISSIONAL	1007800019181	13/05/2024	FATOR SEGURADORA S/A	R\$ 700.000,00
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	1.180.080.435	17/01/2024	CHUBB SEGUROS BRASIL S.A.	R\$ 2.000.000,00
COMPREENSIVO EMPRESARIAL	1.180.080.435	17/01/2024	CHUBB SEGUROS BRASIL S.A.	R\$ 30.500.000,00
RESPONSABILIDADE CIVIL ADMINISTRADORES	30.10.0020652.28	14/01/2024	CHUBB SEGUROS BRASIL S.A.	R\$ 15.000.000,00
RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL	30.10.0020652.28	14/01/2024	CHUBB SEGUROS BRASIL S.A.	R\$ 15.000.000,00

Nota 17 – Conciliação entre o Lucro Líquido e Caixa Líquido gerado (consumido) nas Atividades Operacionais - Conforme determina a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TG 03 – item 20A), apresentamos a conciliação entre o Lucro Líquido e Caixa Líquido Gerado (consumido) nas Atividades Operacionais:

CONCILIAÇÃO ENTRE LUCRO LÍQUIDO E CAIXA GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS - CONSOLIDADO				
DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	2023	2022	2023	2022
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	(2.212.966)	(6.914.203)	(2.262.097)	(7.593.555)
Depreciação/Amortização/Exaustão	3.571.020	3.456.985	2.990.508	2.884.633
Equivalência Patrimonial	(56.818)	(679.717)	(56.818)	(679.717)
Baixa de Bens do Ativo Imobilizado	(7.962)	(1.860.769)	(7.962)	(1.860.769)
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	665.081	2.335.055	84.246	1.367.560
Extra Teto, Ganhos/Perdas no Recebimento	0	367.429	0	367.429
Provisões Trabalhistas	349.010	225.302	349.010	225.302
Subvenções a Realizar/Diferidas	(4.748.997)	(504.616)	(4.748.997)	(504.616)
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	472.347	328.848	0	0
Provisão para Contingências	50.000	(13.200)	0	0
RESULTADO AJUSTADO	(1.919.284)	(3.258.886)	(3.652.110)	(5.793.732)
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS				
(Aumento) Redução em Subvenções a Receber	2.287.582	1.319.641	2.287.582	1.319.641
(Aumento) Redução em Contas a Receber	(1.437.499)	(3.632.445)	(1.183.668)	(626.200)
(Aumento) Redução em Estoques	(143.369)	302.617	(143.369)	302.617
(Aumento) Redução em Impostos a Recuperar	12.547	39.653	12.547	39.653
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(131.870)	13.586	(19.806)	118.201
Aumento (Redução) em Fornecedores e Prestadores de Serviços de Saúde	(2.100.029)	(2.472.460)	(2.100.029)	(2.472.460)
Aumento (Redução) em empréstimos e financiamentos	6.153.014	3.041.939	6.153.014	3.041.939
Aumento (Redução) em Salários e Encargos	407.202	(118.417)	378.157	(4.576)
Aumento (Redução) em impostos e contribuições sociais	23.154	(21.262)	23.154	(21.262)
Aumento (Redução) em Acordos Judiciais	(981.515)	1.234.580	(981.515)	1.234.580
Aumento (Redução) em Ações Cíveis e Trabalhistas	1.487.307	95.000	1.487.307	95.000
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	(1.214.878)	(2.976.467)	(17.347)	(2.239.515)
TOTAL	4.361.648	(3.174.036)	5.896.029	787.619
TOTAL DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS GERADAS (CONSUMIDAS)	2.442.364	(6.432.921)	2.243.919	(5.006.113)

Nota 18 - Gratuidades/Voluntariado - De acordo com o art. 13, parágrafo 1º do Estatuto da IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MATÃO, os Conselheiros, Diretores e Sócios, não terão direito a qualquer remuneração pelo exercício de cargos, em atendimento à Resolução CFC nº 1.409/2012, ITG 2002 (R1) (item 19). Apresentamos a estimativa de custos dos trabalhos voluntários exercidos pelos Diretores e Conselheiros, como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro:

Descrição	2023	2022
Conselho de Administração	237.285	228.803
Diretoria Executiva	415.246	400.404

Nota 19 – Empréstimos e Financiamentos - Recursos captados junto a Instituições Financeiras, destinados à capital de giro e Investimentos na Entidade, com garantia pessoal dos Diretores Executivos e Carta de Crédito do Convênio com o SUS, atualizados pelas variações monetárias incorridas até a data do balanço, e os juros respectivos transcorridos estão provisionados. As variações monetárias e os juros são apropriados em despesas financeiras.

Empréstimos e Financiamentos

Instituição Bancária	Moeda	GARANTIA	Taxa de Juros Fixa	Taxa de Juros Variável	PRAZO MESES	Vencimento INICIAL	Vencimento Final	VALOR CONTRATADO
Banco Sisprime	R\$	Consignado Unimed	0,40%	-	54	2024	2028	4.000.000
Banco Santander - Contrato - B90235994-9	R\$	Consignado SUS	0,90% a.m.	-	72	2023	2028	10.000.000
Banco Caixa Econômica Federal - Contrato - 24.4282.610.0000004/04	R\$	Consignado SUS	1,23% a.m.	-	120	2021	-	-
Banco Caixa Econômica Federal - Contrato - 0614325-29	R\$	Consignado SUS	0,65%	TR	60	2022	-	-
Banco Caixa Econômica Federal - Contrato - 24 4282 610 0000007/49	R\$	Consignado SUS	1,14% a.m	-	120	2023	2034	13.607.148

Empréstimos e Financiamentos

Instituição Bancária	Moeda	Taxa de Juros Fixa	Taxa de Juros Variável	Vencimento Final	2023	2022
Banco Santander - Contrato - B90235994-9	R\$	0,90% a.m.		2028	1.247.633	1.247.633
Banco Caixa Econômica Federal - Contrato - 24.4282.610.0000004/04	R\$	1,23% a.m.		2032	-	536.317
Banco Caixa Econômica Federal - Contrato - 0614325-29	R\$	0,654%+TR a.m		2027	-	963.247
Banco Sisprime	R\$	0,40%		2028	510.680	-
Banco Caixa Econômica Federal - Contrato - 24 4282 610 0000007/49	R\$	1,14%		2034	685.613	-
Repactuação	-	-		-	3.851.775	-
Circulante					6.295.701	2.747.196

Instituição Bancária	Moeda	Taxa de Juros Fixa	Taxa de Juros Variável	Vencimento Final	2023	2022
Banco Santander - Contrato - B90235994-9	R\$	0,90% a.m.		2028	4.281.736	4.965.996
Banco Caixa Econômica Federal - Contrato - 24.4282.610.0000004/04	R\$	1,23% a.m.		2032	-	9.109.045
Banco Caixa Econômica Federal - Contrato - 0614325-29	R\$	0,654%+TR		2027	-	4.013.041
Banco Sisprime	R\$	0,40%		2028	3.489.320	-
Banco Caixa Econômica Federal - Contrato - 24 4282 610 0000007/49	R\$	1,14%		2034	12.921.535	-
Não Circulante					20.692.591	18.088.082
Total Circulante + Não Circulante					26.988.292	20.835.278

Movimentação dos Saldos - Caixa Econômica Federal 24 4282.610.0000007/49	2023	2022
Captação	13.607.149	-
Juros Passivos e Outros Encargos	24.321.542	-
Juros Ativos e Outros Encargos	(24.321.542)	-
Pagamento de Emprestimo Principal	0	0
Saldo Final do Contrato Caixa Econômica Federal	13.607.149	-

Movimentação dos Saldos - Sisprime	2023	2022
Captação	4.000.000	-
Juros Passivos e Outros Encargos	4.282.240	-
Juros Ativos e Outros Encargos	(4.282.240)	-
Pagamento de Emprestimo Principal	0	-
Saldo Final do Contrato Caixa Econômica Federal	4.000.000	-

Movimentação dos Saldos - Contratos Caixa Econômica Federal 24.4282.610.000	2023	2022
Captação	10.000.000	10.000.000
Juros Passivos e Outros Encargos	8.382.367	8.382.367
Juros Ativos e Outros Encargos	(8.382.367)	(8.382.367)
Pagamento de Emprestimo Principal	(10.000.000)	(354.639)
Saldo Final do Contrato Caixa Econômica Federal	0	9.645.361

Movimentação dos Saldos - Contratos Caixa Econômica Federal 0614325-29	2023	2022
Captação	5.000.000	5.000.000
Juros Passivos e Outros Encargos	1.816.311	1.816.311
Juros Ativos e Outros Encargos	(1.816.311)	(1.816.311)
Pagamento de Emprestimo Principal	(5.000.000)	(23.712)
Saldo Final do Contrato Caixa Econômica Federal	0	4.976.288

Movimentação dos Saldos - Contrato Santander	2023	2022
Captação	10.000.000	10.000.000
Juros Passivos e Outros Encargos	3.898.203	3.898.203
Juros Ativos e Outros Encargos	(3.898.203)	(3.898.203)
Pagamento de Emprestimo Principal	(4.470.631)	(3.786.372)
Saldo Final do Contrato Santander	5.529.369	6.213.628

Em 2023 os contratos: 24.4282.610.0000004/04 e 0614325-29 da Caixa Econômica Federal foram repactuados, mantendo-se um único contrato: 24 4282 610 0000007/49.

Nota 20 – Manutenção da Imunidade Tributária - Dos requisitos de imunidade tributária exigidos pelo Código Tributário Nacional, conforme disposto na Lei 9.532 de 10 de dezembro de 1997, em seu Artigo 12.

Lei 9.532/1997

Art. 12. Para efeito do disposto no art. 150, inciso VI, alínea "c", da Constituição, considera-se imune a instituição de educação ou de assistência social que preste os serviços para os quais houver sido instituída e os coloque à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem fins lucrativos.

§ 2º Para o gozo da imunidade, as instituições a que se refere este artigo, estão obrigadas a atender aos seguintes requisitos:

- a)*** não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados, exceto no caso de associações, fundações ou organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, cujos dirigentes poderão ser remunerados, desde que atuem efetivamente na gestão executiva e desde que cumpridos os requisitos previstos nos arts. 3º e 16 da Lei no 9.790, de 23 de março de 1999, respeitados como limites máximos os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação, devendo seu valor ser fixado pelo órgão de deliberação superior da entidade, registrado em ata, com comunicação ao Ministério Público, no caso das fundações;
- b)*** aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais;
- c)*** manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- d)*** conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;

- e) apresentar, anualmente, Declaração de Rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;*
- f) recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem assim cumprir as obrigações acessórias daí decorrentes;*
- g) assegurar a destinação de seu patrimônio à outra instituição que atenda às condições para gozo da imunidade, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgão público;*
- h) outros requisitos, estabelecidos em lei específica, relacionados com o funcionamento das entidades a que se refere este artigo.*

Analisando os requisitos para manutenção da condição de Entidade isenta de Contribuições para a Seguridade Social, destacamos a Lei Complementar 187 de 16 de dezembro de 2021, conforme segue:

LEI COMPLEMENTAR Nº 187, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021

Art. 1º Esta Lei Complementar regula, com fundamento no [inciso II do caput do art. 146](#) e no [§ 7º do art. 195 da Constituição Federal](#), as condições para limitação ao poder de tributar da União em relação às entidades beneficentes, no tocante às contribuições para a seguridade social.

Art. 2º Entidade beneficente, para os fins de cumprimento desta Lei Complementar, é a pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que presta serviço nas áreas de assistência social, de saúde e de educação, assim certificada na forma desta Lei Complementar.

Art. 3º Farão jus à imunidade de que trata o [§ 7º do art. 195 da Constituição Federal](#) as entidades beneficentes que atuem nas áreas da saúde, da educação e da assistência social, certificadas nos termos desta Lei Complementar, e que atendam, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

I - Não percebam seus dirigentes estatutários, conselheiros, associados, instituidores ou benfeitores remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, das funções ou das atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;

II - Apliquem suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais;

III - apresentem certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, bem como comprovação de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

IV - mantenham escrituração contábil regular que registre as receitas e as despesas, bem como o registro em gratuidade, de forma segregada, em consonância com as normas do Conselho Federal de Contabilidade e com a legislação fiscal em vigor;

V - não distribuam a seus conselheiros, associados, instituidores ou benfeitores seus resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto, e, na hipótese de prestação de serviços a terceiros, públicos ou privados, com ou sem cessão de mão de obra, não transfiram a esses terceiros os benefícios relativos à imunidade prevista no [§ 7º do art. 195 da Constituição Federal](#);

VI - conservem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data de emissão, os documentos que comprovem a origem e o registro de seus recursos e os relativos a atos ou a operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial;

VII - apresentem as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade, quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pelo [inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#); e

VIII - prevejam, em seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidades beneficentes certificadas ou a entidades públicas.

§ 1º A exigência a que se refere o inciso I do caput deste artigo não impede:

I - a remuneração aos dirigentes não estatutários; e

II - a remuneração aos dirigentes estatutários, desde que recebam remuneração inferior, em seu valor bruto, a 70% (setenta por cento) do limite estabelecido para a remuneração de servidores do Poder Executivo federal, obedecidas as seguintes condições:

a) nenhum dirigente remunerado poderá ser cônjuge ou parente até o terceiro grau, inclusive afim, de instituidores, de associados, de dirigentes, de conselheiros, de benfeitores ou equivalentes da entidade de que trata o caput deste artigo; e

b) o total pago a título de remuneração para dirigentes pelo exercício das atribuições estatutárias deverá ser inferior a 5 (cinco) vezes o valor correspondente ao limite individual estabelecido para a remuneração dos servidores do Poder Executivo federal.

§ 2º O valor das remunerações de que trata o § 1º deste artigo deverá respeitar como limite máximo os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação e deverá ser fixado pelo órgão de deliberação superior da entidade, registrado em ata, com comunicação ao Ministério Público, no caso das fundações.

§ 3º Os dirigentes, estatutários ou não, não respondem, direta ou subsidiariamente, pelas obrigações fiscais da entidade, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

Art. 4º A imunidade de que trata esta Lei Complementar abrange as contribuições sociais previstas nos [incisos I, III e IV do art. 195 e no art. 239 da Constituição Federal](#), relativas a entidade beneficente, a todas as suas atividades e aos empregados e demais segurados da previdência social, mas não se estende a outra pessoa jurídica, ainda que constituída e mantida pela entidade à qual a certificação foi concedida.

Art. 5º As entidades beneficentes deverão obedecer ao princípio da universalidade do atendimento, vedado dirigir suas atividades exclusivamente a seus associados ou categoria profissional.

Destacamos que, mesmo que o Código Tributário Nacional (Lei 9532/1997) e a *Lei 12.101/2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social*, permitam a remuneração dos dirigentes estatutários conforme citado anteriormente, a *Entidade optou por não o fazer, vedando a remuneração de dirigentes a partir de seu Estatuto Social*, mais precisamente no art. 13 § 1º que versa sobre a vedação de recebimento de qualquer remuneração pelo exercício dos cargos, conforme disposto a seguir:

Estatuto Social da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Matão

Artigo 13 – São os seguintes poderes da Sociedade:

a) Assembleia Geral é o órgão soberano;

- b) Conselho de Administração;
- c) Diretoria Executiva;
- d) Conselho Fiscal;

Parágrafo 1º - Os Sócios Integrantes dos poderes da **Sociedade** não terão direito a qualquer remuneração pelo exercício de cargos.

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MATÃO atende os requisitos necessários para manutenção de sua imunidade tributária prevista no Artigo 12 da Lei 9.532/97 bem como atendeu aos requisitos exigidos pela Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, para ser considerada uma Entidade Beneficente de Assistência Social em Saúde e, portanto, ter a isenção das contribuições para a Seguridade Social e Imunidade Tributária.

Nota 21 – Indicadores Financeiros, Endividamento e de Lucratividade - abaixo, apresentamos o quadro com os Indicadores Financeiros, Indicadores de Endividamento e Indicadores de Lucratividade, comparando os exercícios findos de 2023 e 2022:

INDICADORES FINACEIROS, ENDIVIDAMENTO E DE LUCRATIVIDADE - CONSOLIDADO						
ÍNDICES			FÓRMULA	2023 REALIZADO	2022 REALIZADO	Varição %
DE LIQUIDEZ	Capital Circulante Líquido	CCL	AC - PC	6.711.039	1.353.236	-79,84%
	Líquidez Geral	ILG	AC + RLP (PC + PNC)	0,69	0,67	-2,65%
	Líquidez Corrente	ILC	AC PC	1,17	1,04	-11,12%
	Líquidez Imediata	ILI	Disponível PC	0,48	0,31	-35,41%
	Líquidez Seca	ILS	AC - Estoques PC	1,11	0,97	-12,03%
DE ENDIVIDAMENTO	Índice de Endividamento sobre o Patrimônio Líquido	IEPL	PC+PNC PL	334,63%	259,34%	-22,50%
	Índice de Endividamento Total	IEG	(PC + PNC) AT	76,92%	72,17%	-6,17%
DE LUCRATIVIDADE	Taxa de Retorno sobre o Ativo Total	TRA	Superávit/Déficit AT	-2,51%	-9,15%	265,10%
	Taxa de Retorno sobre o Patrimônio Líquido	TRPL	Superávit/Déficit PL	-10,90%	-32,88%	201,56%

GLOSSÁRIO:

AC	Ativo Circulante	PC	Passivo Circulante	Passivo Circulante
PNC	Passivo Não Circulante	RLP	Realizável a Longo Prazo	Realizável a Longo Prazo
AT	Ativo Total			

Nota 22 – Eventos Subsequentes - A Entidade, até 23 de março de 2024, não identificou quaisquer eventos subsequentes significativos para divulgação nas suas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023.

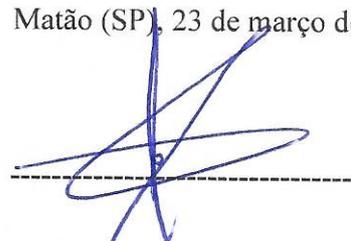


João Carlos Marchesan
Diretor Presidente
Diretoria Executiva



Denise Paolinetti da Camara Minelli
Superintendente Hospitalar

Matão (SP), 23 de março de 2024

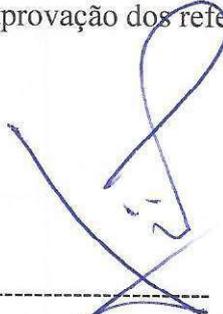


Diego Wagner Santos
Controller/Contador
CRC 1SP262717/O-6

PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. O Conselho Fiscal, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis e Financeiras, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrativo de Fluxo de Caixa e Notas Explicativas, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 e 2022.
2. Com base nos exames efetuados, os membros do Conselho Fiscal, opinam favoravelmente à aprovação dos referidos documentos.

Matão (SP), 23 de março de 2024.



José Valentim Bononi
Conselheiro Fiscal



Sidinei A. Bueno Toledo
Conselheiro Fiscal



Lauro Antônio Gorgatti
Conselheiro Fiscal

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Aos
Administradores da

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE MATÃO

Matão (SP)

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE MATÃO** (“Entidade”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE MATÃO** e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse Relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse Relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta

estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Bauru (SP), 13 de março de 2024.

Assinado eletronicamente por:
Luis Eduardo Azevedo
CPF: 306.779.788-47
Data: 14/03/2024 11:29:12 -03:00



AZEVEDO AUDITORIA E ASSESSORIA CONTÁBIL S/S
CRC 2SP017174/0-6

Luís Eduardo Azevedo
Contador CRC 1SP292909/O-6



MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: 3GS8A-MGW6A-YURYZ-5NZ9Y

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- ✓ Luis Eduardo Azevedo (CPF 306.779.788-47) em 14/03/2024 11:29 - Assinado eletronicamente

Endereço IP	Geolocalização
187.90.192.252	Lat: -23,675079 Long: -46,670534
	Precisão: 56786 (metros)
Autenticação	l.azevedo@azevedoauditoria.com.br
Email verificado	
IYVu8tBjhYPnYRmkru/+f5nVFEdN7p/TkbiECtK9IHQ=	
SHA-256	

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://www.assinabrasil.net.br/validate/3GS8A-MGW6A-YURYZ-5NZ9Y>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://www.assinabrasil.net.br/validate>